

O Programa de Residência Pedagógica na educação de jovens e adultos: dos saberes às práticas

Cláudia Prioste
Francisco José Carvalho Mazzeu
Ronaldo Revejes Pedroso

Como citar: PRIOSTE, C.; MAZZEU, F. J. C.; PEDROSO, R. R. O Programa de Residência Pedagógica na educação de jovens e adultos: dos saberes às práticas. *In* : SHÄFFER, A. M. M.; KELLER-FRANCO, E.; SALES, G. G. P. S.; CASTRO, R. M. **Experiências docentes** : projetos formativos no Pibid e Residência Pedagógica. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2023. p.209-220 DOI: <https://doi.org/10.36311/2023.978-65-5954-322-8.p209-220>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).



CAPÍTULO 14

O Programa da Residência Pedagógica na educação de jovens e adultos: dos saberes às práticas

Cláudia Prioste

Francisco José Carvalho Mazzeu

Ronaldo Revejes Pedroso

O PRP é uma iniciativa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Silva e Cruz (2018) traçam o histórico da criação desse programa, desde projetos de lei que não foram aprovados até iniciativas de universidades e governos estaduais e municipais, bem como apontam elementos para uma análise crítica dos seus pressupostos e implicações. O PRP, assim como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), surge no contexto de um problema cada vez mais acentuado de falta de professores nas escolas públicas e de desinteresse dos jovens pelos cursos de licenciatura. Segundo Bernardete Gatti,

comparando os dados relativos ao número de concluintes das licenciaturas, presenciais e a distância, verifica-se que nos cursos de pedagogia o número de concluintes, em cinco anos, caiu pela metade e, nas demais licenciaturas, em torno de 17% (GATTI, 2014, p. 38).

Ao analisar os currículos dos cursos de licenciatura no Brasil, essa autora constata que “a formação para a prática da alfabetização e iniciação à matemática e às ciências naturais e humanas é precária [...]” (GATTI, 2014, p. 39)

A Capes lançou, em 2018, o primeiro edital do PRP para seleção de projetos institucionais de conformação docente (BRASIL, 2018). A Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), representada pela Pró-reitoria de Graduação (Prograd), concorreu com uma proposta institucional, na qual constavam 24 núcleos e subprojetos vinculados às diversas licenciaturas desenvolvidas em onze campi da instituição

e foi contemplada com 672 bolsas de estudo para estudantes, representando recursos de R\$ 5.777.640,00, além de ter obtido R\$ 61.056,00 em verba de custeio das atividades.

A participação da Unesp nos editais da Capes voltados à formação de professores teve seu início com a atuação no âmbito do Pibid em 2009, sendo contemplada com um número crescente de bolsas nos editais subsequentes. A Unesp, pelas suas características de proximidade com os municípios e forte atuação nos cursos de licenciatura, tem tido um papel importante na formação de professores no estado de São Paulo. Nesse contexto, merece destaque a experiência dos núcleos de ensino, programa criado pela Prograd em 1987 para apoiar projeto realizados em parceria com escolas da rede pública.

Na Faculdade de Ciências e Letras – campus Araraquara, desenvolvemos um subprojeto vinculado à licenciatura de Pedagogia, cujo enfoque foi a alfabetização. O subprojeto teve duração de dezoito meses, com início em agosto de 2018 e término em janeiro de 2020. Foi realizado em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Araraquara e envolveu três escolas públicas, sendo que uma delas atendia ao público da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A opção pela temática da alfabetização decorreu de pesquisas realizadas no município e que identificaram sérios problemas no processo de alfabetização das crianças nos primeiros anos do ensino fundamental. Identificou-se que um número excessivo de alunos avançava de etapa com graves problemas na aquisição básica da leitura e escrita (PRIOSTE, 2017).

Callegari (2015, p. 1), analisando dados da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), que abrangeu em 2014 cerca de 55 mil escolas públicas e 2,6 milhões de alunos do 3º ano do ensino fundamental, constatou que: “1 em cada 4 alunos chega a essa fase sem saber ler ou fazer operações matemáticas elementares como somar e subtrair. E quase 45% não sabem escrever corretamente um texto simples”.

Consideramos que a falta de habilidades mínimas na alfabetização pode gerar um progressivo sentimento de fracasso e desinteresse pelos estudos, repercutindo em abandono da escola, que, por conseguinte, aumenta as chances de jovens que se tornam público-alvo do EJA devido à precária alfabetização escolar. Trata-se, portanto, de um ciclo vicioso de históricos e sucessivos fracassos, que deveriam ser abordados em todas as etapas.

Alfabetização de jovens e adultos no município de Araraquara

No âmbito da alfabetização de adultos, o município também enfrenta dificuldades, apesar de ter uma taxa de analfabetismo registrada no censo de 2010 de 3,6%, abaixo da média nacional e do estado de São Paulo. O município desenvolve ações voltadas para a alfabetização por meio de parcerias com uma organização não governamental que atuava,

inicialmente, com alfabetizadores voluntários. Essas ações foram posteriormente integradas ao Programa Brasil Alfabetizado (PBA), lançado pelo governo federal em 2007, que possibilitou o pagamento de bolsas a esses alfabetizadores, bem como a distribuição de livros didáticos do Programa Nacional do Livro Didático para Educação de Jovens e Adultos (PNLD/EJA). Com a paralisação do PBA em 2019, parte dessas atividades acabou sendo suspensa ou ficando novamente a cargo de voluntários e entidades religiosas.

Com relação à oferta de EJA nas séries equivalentes ao ensino fundamental, o quadro é ainda mais difícil, pois o município possui somente duas escolas de ensino fundamental que oferecem essa modalidade: uma delas é a Escola Municipal de Ensino Fundamental Rubens Cruz, um dos muitos Centros de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (Caic); a outra é a escola de ensino fundamental Núcleo de Educação de Jovens e Adultos Irmã Edith (Neja). As duas escolas foram parceiras do projeto, mas optamos por focalizar neste artigo a parceria com o Neja.

O Neja Irmã Edith é uma unidade escolar do município de Araraquara/SP criada oficialmente em 2011, mas sua história se inicia em 2007, ocasião em que sua gestão pertencia à escola municipal de ensino fundamental Professora Olga Ferreira Campos. Sua patrona, Maria da Conceição Costa, conhecida como “Irmã Edith Costa”, foi quem iniciou o projeto de alfabetização de adultos no município na década de 1990 e esteve à frente dos principais projetos de combate ao analfabetismo em Araraquara, o que resultou na institucionalização de uma unidade escolar específica para esse fim.

O Neja Irmã Edith hoje é reconhecido como um centro de formação e articulação das ações e políticas de EJA no município, e oferece ensino fundamental de 1º ao 9º ano. Das quinze turmas em funcionamento, três são salas multisseriadas dos anos iniciais com foco na alfabetização (1º a 5º ano) e doze são salas dos anos finais (6º a 9º ano). Nessa instituição escolar são atendidos em torno de seiscentos alunos anualmente, com faixa etária entre 15 e 80 anos, vindos de diversos bairros da cidade e também de cidades circunvizinhas como Américo Brasiliense, Guarapiranga, Matão e Motuca.

O perfil dos(as) estudantes é diversificado: adolescentes que tiveram dificuldade em cursar o ensino fundamental regular, jovens em conflito com a lei encaminhados pelos órgãos públicos, adultos trabalhadores e em busca de emprego, pessoas afastadas do trabalho e encaminhadas pelo INSS, idosos aposentados, e muitas outras pessoas que não tiveram a oportunidade de permanecer na escola na idade correta e que desde a infância e/ou juventude necessitaram trocar as carteiras escolares pelo trabalho na lavoura, na construção civil, nas casas de família etc. Indivíduos que adquiriram grande parte de seus conhecimentos através de suas vivências profissionais, de suas experiências de vida e que não conseguiram concluir sua escolarização por motivos relacionados a mudança de cidade, exploração do trabalho infantil, gravidez na adolescência, situação de rua decorrente de problemas com álcool e drogas e outros conflitos que culminaram no afastamento destes da escola.

São frequentes os relatos dos estudantes do Neja, de que a escola representa uma possibilidade de mudança social, de que a conquista da escolarização é um caminho propício à ascensão pessoal e profissional. Para esses sujeitos, estar na escola e concluir os estudos é um fator que contribui para aumentar as chances de sucesso na vida.

Nesse cenário de crise econômica, as exigências do mundo do trabalho têm aumentado as demandas da educação de jovens e adultos, o que tem impulsionado ações de governo voltadas para a elaboração e implementação de políticas públicas de emprego, trabalho e renda. Para ampliar as chances de acesso à educação e a qualificação profissional, a prefeitura do município de Araraquara, no ano de 2017, criou o Programa de Incentivo à Inclusão Social (Piis), que tem como objetivo propiciar inclusão social através da oferta de educação, qualificação profissional e repasse de renda.

O Programa tem como público-alvo pessoas adultas que se encontram em situação de vulnerabilidade social e dependência química, como também mulheres vítimas de violência doméstica, pessoas com deficiência e reabilitandos do sistema prisional. Essas pessoas foram selecionadas pelas equipes da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e matriculadas no Neja e no Espaço Kaparaós, um centro de capacitação social e profissional que possui parcerias com o sistema “S” (Senai, Senac, Sesi) e oferta cursos de qualificação.

Os alunos que integram o Piis participam de cursos, formações e qualificações profissionais no período da manhã no Espaço Kaparaós e no período da tarde cursam no Neja as séries iniciais e finais do ensino fundamental. Aos estudantes é oferecida uma bolsa de estudos no valor de um salário mínimo de acordo com o percentual de sua frequência escolar no Programa, o que incentiva e garante a frequência à maioria das aulas. É uma forma de tentar assegurar o previsto na legislação educacional, que determina princípios de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola aos alunos da EJA, que, por serem trabalhadores, necessitam da oferta de ensino adequado às suas necessidades e disponibilidades.

O Programa Piis, até o ano de 2020, atendeu em torno de duzentas pessoas e tem sido um diferencial no enfrentamento e combate das desigualdades sociais no município, como também na garantia de inclusão da população em situação de vulnerabilidade na educação formal. Esta política pública tem se mostrado estratégica para promover a inclusão social dos estudantes como também para aumentar as chances de inserção e reinserção destes no mercado de trabalho.

No que se refere ao desenvolvimento de projetos extracurriculares, o Neja tem histórica parceria com universidades públicas e privadas e recebe diversos estagiários de instituições como Unesp, Uniara, Unip e Uniesp. Os universitários são graduandos dos cursos de letras, pedagogia, ciências sociais, ciências econômicas e ciências biológicas. Além do estágio curricular supervisionado, esses estudantes desenvolvem ações de monitoria e contribuem com o trabalho pedagógico voltado para as temáticas de

meio ambiente e sustentabilidade, educação financeira, valorização da história e cultura africana e indígena, identidade de gêneros, informática e inclusão digital, alfabetização e outros temas.

Logo, essa parceria entre a escola e as instituições de ensino superior tem contribuído favoravelmente com o desenvolvimento de sua proposta pedagógica. Por outro lado, esta unidade educacional tem colaborado com o processo de formação inicial dos graduandos, já que tem oferecido espaço e suporte para o desenvolvimento de ações e relações teórico-práticas que asseguram a estes sujeitos uma vivência escolar diferenciada.

Desenvolvimento das atividades de Residência Pedagógica no Neja

A proposta do PRP pressupõe ações coordenadas de forma orgânica e interativa com a rede de ensino, articulando os subprojetos com os projetos pedagógicos das escolas e também com as disciplinas do curso de licenciatura. Desse modo, a primeira ação que tivemos foi a seleção de uma professora para atuar como preceptora dos residentes e que seria a responsável pela intermediação das atividades a serem desenvolvidas pelos bolsistas na escola. No Neja, foi selecionada uma professora do quadro efetivo de funcionários que já havia trabalhado como supervisora do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) entre os anos de 2014 e 2018 e que havia demonstrado um bom desempenho nas ações de articulação entre os graduandos, os coordenadores do projeto e os gestores da escola. Vale ressaltar que sua atuação como preceptora do Programa Residência Pedagógica foi muito relevante, visto que nos momentos de residência dos bolsistas foram promovidas ações e direcionamentos estratégicos que garantiram um ambiente saudável e propício para a formação inicial desses sujeitos.

Na etapa de ambientação, além da apresentação do projeto e dos bolsistas à equipe da escola, optamos por realizar um diagnóstico das principais dificuldades e possibilidades de intervenção. Esse diagnóstico foi realizado com base no Projeto Político Pedagógico, nas observações do ambiente e do perfil de público atendido, além de reuniões com os docentes e com a equipe gestora.

Nesse processo, identificou-se que os principais problemas enfrentados pela escola estavam relacionados ao absentismo, falta de motivação dos alunos, vergonha de esclarecer suas dúvidas, falta de material didático com enfoque no processo de alfabetização, problemas relacionados à matemática básica e a necessidade de maior aproximação dos conteúdos ministrados às necessidades específicas do público jovem e adulto. Além disso, a direção expôs que havia interesse dos alunos em oficinas de tecnologias da informação e comunicação direcionadas à empregabilidade.

A escola recebeu um total de doze bolsistas que frequentavam os anos finais da licenciatura em Pedagogia, conforme recomendação da Capes, incluindo residentes voluntários, que não recebiam bolsa e que se prontificaram a cumprir as quatrocentas horas de atividades previstas no PRP. Os residentes foram distribuídos nas salas de aula conforme a necessidade da escola e disponibilidade dos professores. Ao longo do projeto, foram realizadas reuniões quinzenais com os orientadores no campus para acompanhamento, avaliação e propostas de atividades, além das reuniões semanais com a preceptora, realizadas no ambiente da escola.

Ainda na fase de ambientação, os bolsistas identificaram que os alunos tinham muita vergonha de esclarecer suas dúvidas durante as aulas, porém lhes pediam ajuda individualmente. Foi a partir desta percepção que surgiu a ideia de criar um plantão de dúvidas em um espaço aberto, fora da sala de aula, onde os alunos poderiam se aproximar dos estagiários de maneira mais espontânea.

A primeira versão dessa experiência ocorreu alguns dias antes das avaliações do segundo semestre de 2018 e, por ser uma intervenção bem-sucedida, esses plantões se tornaram um dispositivo de suporte mais individualizado no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, como os bolsistas dispunham de notebooks e aparelhos de celulares com acesso à Internet, estimulou-se o uso das tecnologias da informação e comunicação (TIC) para realização de pesquisas escolares, contribuindo para o desenvolvimento de habilidades de pesquisa com uso de tecnologias conforme proposto pela Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017).

O segundo projeto pedagógico a ser destacado, e que também tem relação com as TIC, refere-se ao desenvolvimento de oficinas, no laboratório de informática, com o objetivo de desenvolver habilidades referentes ao uso do computador e da internet para elaboração de currículos e pesquisas de emprego. Esse projeto foi recebido com entusiasmo pelos alunos no EJA que, em geral, tinham pouco acesso e conhecimentos pertinentes à alfabetização digital. Nos contextos das oficinas também eram desenvolvidas atividades de promoção da consciência crítica sobre as mídias digitais.

A BNCC especifica a importância de se tratar as competências críticas em relação ao uso das TIC, por meio do estímulo à capacidade de

compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (BRASIL, 2017, p. 9).

Ainda no que concerne à importância do desenvolvimento de competências críticas, destacamos as atividades pedagógicas sobre fake news. Esse projeto pedagógico

teve o objetivo de conceituar e analisar o fenômeno das notícias falsas. Foram trabalhados textos jornalísticos, a importância de fontes confiáveis e as formas de identificar e combater a disseminação de notícias falsas.

Em relação à desmotivação dos alunos, propusemos um filme-debate que pudesse trazer reflexões sobre os fatores histórico-culturais relacionados à falta de persistência nos estudos por meio do filme *O menino que descobriu o vento*, do diretor Chiwetel Ejiofor (MARCELINO, 2019). Observamos que, em geral, o público do EJA não tem o hábito de frequentar cinema, portanto essa proposta também teve o intuito de ampliar o universo cultural a partir de um filme recente, cujos personagens pudessem provocar identificações com as realidades e dificuldades vivenciadas.

O filme, rodado no continente africano, aborda uma série de temáticas que foram exploradas em sequências didáticas tais como: a importância do pensamento científico, da ecologia, das políticas humanitárias, da escola e da comunidade, além das questões étnico-raciais conforme previsto na BNCC e na Lei nº 10.639/03 (BRASIL, 2003).

Também consideramos importante aprofundarmos as questões étnico-raciais da cultura brasileira em outros projetos pedagógicos, tendo em vista que o público do EJA nos parece significativamente afetado por um racismo estrutural e histórico, que dificulta a construção de suas identidades conforme destaca Neusa Souza (1983), o que pode ter impacto no processo de aprendizagem. Nesse sentido, foram realizadas atividades sobre a construção da identidade da mulher negra por meio de oficina de bonecas e sequências didáticas com base na leitura obra *Quarto de Despejo*, de Carolina Maria de Jesus. Com essas atividades, procuramos destacar a importância de uma autora brasileira negra e a escrita como forma de denúncia do racismo e das desigualdades sociais.

Importante salientar que as temáticas étnico-raciais e as do uso crítico das TIC são abordadas na disciplina de “Psicologia da educação IV” no curso de Pedagogia; portanto, os alunos tinham um referencial teórico e puderam avançar em seus saberes por meio de intervenções práticas e contextualizadas. Nesse sentido, o projeto cumpriu o que foi estabelecido pelo edital da Capes no que se refere ao objetivo de:

Aperfeiçoar a formação dos discentes de cursos de licenciatura, por meio do desenvolvimento de projetos que fortaleçam o campo da prática e conduzam o licenciando a exercitar de forma ativa a relação entre teoria e prática profissional docente, utilizando coleta de dados e diagnóstico sobre o ensino e a aprendizagem escolar, entre outras didáticas e metodologias (BRASIL, 2018, p. 1).

Com relação especificamente às atividades de alfabetização, as principais contribuições do projeto à escola estiveram centradas na elaboração e aplicação de jogos pedagógicos, nas regências de aulas e nos suportes aos alunos com maiores dificuldades na

aprendizagem. Também procuramos explicitar a importância da leitura e da escrita no contexto do cotidiano e, sobretudo, na busca de melhores perspectivas de vida.

Com relação aos resultados para sua formação, os depoimentos dos residentes (identificados pelas iniciais de seus nomes), em seus relatórios finais revelam diversos aspectos significativos, dentre os quais podemos destacar:

1. A possibilidade de integrar “saberes e práticas” tendo uma compreensão mais realista da prática de ensino, da dinâmica e dos desafios do trabalho docente, sobretudo por meio das atividades de regência de aulas.
 - “A oportunidade de participar do Programa Residência Pedagógica proporcionou, a partir de uma inserção ativa na escola, experienciar na prática, os diferentes desafios que norteiam o trabalho docente.” (M.J.)
 - “O Programa Residência Pedagógica proporcionou a mim uma nova visão sobre a atuação docente, fato este que reforço, pois foi algo diferente do que já havia vivenciado com os estágios obrigatórios da universidade.” (A.G.)
 - “O Programa Residência Pedagógica foi de extrema importância para minha formação profissional e acadêmica, uma excelente oportunidade que possibilita ao graduando adentrar ao mundo de sua profissão, não com as mesmas responsabilidades de um professor titular de sala, porém vivenciando as demandas cotidianas da educação pública, contribuindo para os estudos teóricos e estes contribuindo para as propostas de atividades apresentadas nas salas em que o residente atua.” (A.F.)
 - “No que diz respeito ao processo de formação superior, a possibilidade de atuação proporcionada pelo Programa mostrou-se claramente essencial para conhecer a realidade do trabalho dentro da escola, na perspectiva de um professor e não apenas de um aluno de graduação.” (A.C.D.)
2. A importância da bolsa de estudos como apoio ao residente para que possa se dedicar com mais tranquilidade às atividades na escola, ainda que esse valor, por estar congelado há muitos anos, esteja bastante defasado.
 - “No Programa, além da excelência no aporte à formação acadêmica e profissional, a bolsa auxílio assegura, mesmo que minimamente, uma estabilidade do graduando, que, em grande maioria, estuda fora da cidade de domicílio e sem condições financeiras de autossustento.” (A.F.)

- “O valor das bolsas são (sic) insuficientes para manter uma vida universitária com qualidade, de forma que muitos necessitam obter um trabalho para uma permanência no curso com maior qualidade, que acaba por diminuir seu tempo de dedicação aos estudos.” (A.A.)
3. O papel fundamental da preceptora na orientação sobre as atividades, esclarecimento de dúvidas e apoio para que a residência seja uma experiência bem-sucedida de iniciação à docência.
- “Pelo meu empenho recebi confiança e abertura tanto dos alunos, para auxiliá-los desenvolvendo atividades que atendessem suas maiores dificuldades, quanto da professora preceptora X, que manteve seu apoio sobre o meu trabalho tornando-se uma inspiração, diante do medo, que em alguns momentos senti, de fracassar.” (A.G.)
 - “As orientações por parte da preceptora e da docente orientadora proporcionaram um maior sentimento de segurança quanto à realização das atividades, como também, para a permanência no Programa, no qual, em muitos momentos, a inexperiência levava ao sentimento de incapacidade e frustração.” (A.A.)
4. O papel significativo das reuniões, processos formativos e trocas de experiência que foram realizados na universidade, em articulação com os projetos e atividades na escola.
- “A promoção semanal de espaços de troca de experiências e conhecimentos com os demais membros do Programa Residência Pedagógica na universidade foram essenciais para organizar as atividades de modo a torná-la mais completa e compreendendo os passos a serem dados antes e após a realização das atividades da residência pedagógica.” (A.A.)
5. A importância do contato com a especificidade da EJA e de seus educandos.
- “A experiência por mim vivida na Residência Pedagógica foi de grande valia, pois foi por meio dela que esclareci dúvidas sobre a educação de jovens e adultos, também por meio desta tive a chance de conhecer um dos espaços de atuação do pedagogo, espaço este que ainda não havia tido contato desde os primeiros anos da graduação.” (A.C.)

- “Como a experiência é ímpar, quando se refere à atuação de professores na Educação de Jovens e Adultos, a troca de conhecimento por parte dos professores se faz recompensada quando se vê a vontade de aprender e a gratidão por parte dos alunos da sala, se fazem visíveis a valorização e as superações tão latentes neste específico ambiente escolar.” (G.S.M.)

Além de ressaltar a importância do Programa para a sua formação, os residentes apresentaram sugestões para melhoria do curso de Pedagogia, dentre as quais podem ser destacadas:

- “Uma sugestão que gostaríamos de propor é o aprofundamento da formação no âmbito das relações étnico-raciais, pois pudemos constatar que os conflitos gerados a partir dessa temática são constantes na instituição escolar.” (J.C.S.)
- “O curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (FCLAR) deixa a desejar na questão da matéria de alfabetização, pois o curso nos oferece apenas sessenta horas, pude concluir ser insuficiente para habilitar futuros professores para lidar com a alfabetização no contexto que se encontra nossa educação pública atual, onde são inúmeras as dificuldades no processo de alfabetização e letramento, seja na educação infantil, seja na Educação de Jovens e Adultos (EJA).” (I.C.P.)
- “As minhas sugestões como aluna do curso de Pedagogia são referentes a abordagens e aprofundamentos em todas as possíveis áreas de atuação do pedagogo, não focando somente no ensino regular, mas também na educação do campo, educação em comunidades indígenas e na EJA também, pois desta maneira o aluno fica preparado para lidar com as mais diferentes situações. [...] Durante todo o curso, o foco foi sempre voltado para a infância e a criança, em momento algum tivemos uma aula específica que tratasse de EJA.” (A.C.V.)

Considerações finais

A realização do Projeto de Residência Pedagógica tendo como foco a questão da alfabetização representou um desafio inicial pelo fato de que as abordagens e pesquisas que configuram os saberes acadêmicos nessa área não correspondem necessariamente às orientações oficiais das redes de ensino e tampouco às práticas das alfabetizadoras.

Nesse sentido procuramos criar um espaço de diálogo respeitoso com os sujeitos envolvidos, em uma perspectiva de aprendizado mútuo e troca de saberes.

Outro desafio decorreu da formação inicial dos licenciandos de Pedagogia da Unesp campus Araraquara, que apresenta uma carga horária insuficiente para preparar adequadamente para o ensino da leitura e escrita, como apontado em um dos depoimentos. No caso da EJA, as características dos estudantes e da modalidade também são pouco conhecidas pelos licenciandos, que não encontram na estrutura do seu curso disciplinas voltadas para essa área.

A atuação dos residentes junto a estudantes de EJA com maiores dificuldades de aprendizagem, se por um lado gerou uma expectativa um pouco irrealista de que pudessem trazer soluções de curto prazo para essas dificuldades, por outro lado possibilitou uma intensa vivência de situações de planejamento, regência de aulas e avaliação pedagógica desses alunos. Os diversos projetos de residência desenvolvidos, tais como o plantão de dúvidas e o uso mais sistemático das TIC como recurso pedagógico, trouxeram resultados efetivos e criaram condições para que a experiência de ensino dos residentes pudesse ser realizadora, superando medos e inseguranças comuns nessa fase da formação para o trabalho docente.

Por fim, a atuação das preceptoras, as reuniões frequentes, as atividades complementares de formação e todo o conjunto de ações articuladas que foram desenvolvidas contribuíram para oferecer uma formação mais sólida para os residentes, bem como para fortalecer os vínculos entre a universidade e a escola pública de ensino fundamental.

Referências

BRASIL. **Lei nº 10.639**, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: <https://bit.ly/3rFu9Jj>. Acesso em: 04 out. 2022.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3rFKi1F>. Acesso em: 04 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Edital CAPES nº 06/2018**. Chamada Pública para apresentação de propostas no âmbito do Programa de Residência Pedagógica. Brasília, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3V2t6PW>. Acesso em: 04 out. 2022.

CALLEGARI, C. Radicalizar o pacto pelas crianças do Brasil. **Instituto Brasileiro de Sociologia Aplicada**. Disponível em: <https://bit.ly/3rtTW5X>. Acesso em: 04 out. 2022.

GATTI, B. A. A formação inicial de professores para a educação básica: as licenciaturas. **Revista USP**, São Paulo, n. 100, p. 33-46, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/31virGw>. Acesso em: 04 out. 2022.

MARCELINO, F. T. O menino que descobriu o vento. **Revista Holos**, Natal, v. 8, p. 1-3, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3EziyiI>. Acesso em: 04 out. 2022.

PRIOSTE, C. O homo zappiens e o uso dos dispositivos televisuais: possíveis impactos no processo de alfabetização. **Conhecimento e Diversidade**, v. 9, n. 18, p. 73-88, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3y22JyM>. Acesso em: 04 out. 2022.

SILVA, K. A. C. P.; CRUZ, S. P. A Residência Pedagógica na formação de professores: história, hegemonia e resistências. **Momento - Diálogos em Educação**, v. 27, n. 2, p. 227-247, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3lHSryN>. Acesso em: 04 out. 2022.

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.